

Há espaço para reduzir os gastos sem prejudicar os mais pobres

O mercado de trabalho formal brasileiro não decolou

Segue o fraco desempenho do Rio Grande do Sul na geração de empregos

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Há espaço para reduzir os gastos sem prejudicar os mais pobres

O pequeno impacto redistributivo da política fiscal no Brasil não se deve à baixa arrecadação, mas a forma como esses recursos são devolvidos à sociedade.

Apesar de ter Carga Tributária (32,4% do PIB) próxima da média dos países desenvolvidos (34,0% do PIB), o Brasil é uma das nações mais desiguais do mundo. Em trabalho recente, o Min. da Fazenda mostrou que é possível reduzir a despesa pública sem prejudicar os mais pobres. Isso acontece pois a maior parte das transferências monetárias do Governo se destina às famílias de renda alta. Diante do contexto atual, vale saber um pouco mais sobre o trabalho.

Do lado do gasto, o estudo abrange todas as transferências monetárias para as famílias, tais como aposentadorias e pensões, BPC/LOAS, Bolsa Família, seguro-desemprego, abono salarial etc. Cabe notar que o grosso se refere ao rendimento de aposentadorias e pensões. Do total das transferências, 48,5% são direcionadas ao quintil de renda mais elevado (os 20% mais ricos da população), enquanto que apenas 4,8% são apropriados pelo quintil mais baixo (os 20% mais pobres). Considerando somente as aposentadorias e pensões, o percentual apropriado pelos mais ricos é de 52,9%, sobrando, portanto, menos da metade aos demais quintis (os 80% mais pobres). Em termos monetários, isso significa que a cada R\$ 100,00 gastos com previdência, R\$ 52,90 vão para os 20% mais abastados da população e somente R\$ 2,50 para os 20% menos favorecidos. Dado que parcela da renda total apropriada pelos 20% mais ricos é de 55%, nota-se que os gastos com previdência reproduzem a desigualdade de renda. Por outro lado, o gasto com Bolsa Família é fortemente progressivo, com 70,4% indo para os dois primeiros quintis de renda (mais pobres).

Mas e deduzindo o pagamento de tributos, qual o impacto líquido das transferências monetárias do governo? A melhor forma de medir isso é calculando o Índice de Gini. Amplamente utilizado para medir concentração de renda, o indicador varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 mais desigual é a população. Considerando somente a renda privada (trabalho, investimentos etc.), o índice para o Brasil é de 0,58. Somando às transferências do governo, o coeficiente recua para 0,50. Refazendo o cálculo após a dedução dos tributos diretos (IR e Contrib. Previd.), observa-se uma redução adicional da desigualdade medida pelo Gini para 0,47. Contudo, ao se subtrair os tributos indiretos (ICMS, IPI etc.), o indicador se eleva para 0,48. Ou seja, quando se subtraem os impostos indiretos da renda das famílias, o que sobra é proporcionalmente menor nas classes inferiores. Esse movimento era esperado tendo em vista que a proporção da renda gasta com bens de consumo é maior entre os mais pobres.

Deduz-se, assim, que o efeito líquido do sistema de tributos e transferências sobre a desigualdade de renda no Brasil é de 10 pontos percentuais (ou 17% do coeficiente de Gini inicial) um valor muito baixo

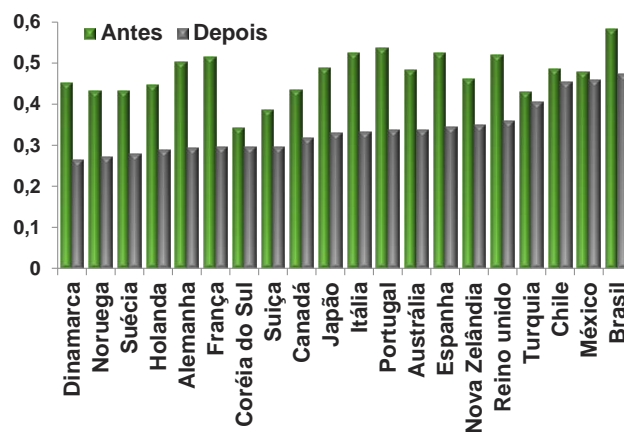
quando comparado a outros países. Em 2015, o coeficiente médio dos países da OCDE foi de 0,47 para a renda inicial e de 0,31 quando contabilizadas as transferências monetárias e os impostos (efeito líquido de 16 p.p). A queda de 34% é o dobro da observada no Brasil para uma carga tributária bruta que é muito próxima da média da OCDE.

O gráfico mostra que o Brasil é o país mais desigual entre os selecionados, tanto antes quanto depois das transferências e tributos. Somente México e Chile apresentam patamar semelhante, mas com carga tributária muito menor (de 25,1% e 27,7% do PIB, respectivamente).

Nesse ponto, cabe observar que o impacto redistributivo da política fiscal depende de dois fatores: a magnitude das transferências e a sua progressividade, isto é, do grau em que beneficia proporcionalmente determinados extratos de renda. Nesse sentido, é importante perceber que o governo brasileiro não transfere pouco: 22,9% da renda bruta das famílias brasileiras decorrem de transferências monetárias, enquanto que a média da OCDE é de 21,0%.

O problema está justamente na progressividade: o Brasil transfere muito pouco às famílias de baixa renda em comparação às em melhores condições. Isso se deve, principalmente, aos gastos com aposentadorias e pensões, que concentram os benefícios no meio e no topo da distribuição. Segundo o estudo da Fazenda, enquanto esses gastos respondem, em média, por 50% das transferências monetárias nos países da U. Europeia, no Brasil representam mais de 80%. Concluindo, o estudo ajuda a entender que, no caso do sistema brasileiro, o impacto redistributivo mais fraco não resulta de uma baixa arrecadação, mas sim da forma como estes recursos são devolvidos à sociedade*.

Índice de Gini antes e depois da Transferências e Tributos Diretos



Fonte: OCDE e Min. da Fazenda utilizando dados da PNAD 2015

*Observa-se que outra dimensão crucial da política fiscal é a contribuição para saúde e educação. Com certeza estes gastos têm caráter distributivo. Todavia, uma vez que a qualidade desses serviços é contestável, é bem provável que exerçam pouco impacto efetivo sobre a redução da desigualdade na comparação com outros países.

O mercado de trabalho formal brasileiro não decolou

A atividade econômica brasileira está evoluindo abaixo do esperado em 2018 e os resultados já aparecem nas estatísticas de emprego. Segundo os dados do CAGED, do Ministério do Trabalho, o Brasil fechou 661 postos de trabalho em junho/18, interrompendo uma série de cinco meses consecutivos de criação de vagas. Assim como ocorreu em maio/18, o resultado foi pior na comparação com mesmo mês do ano passado, quando foram gerados 16,9 mil empregos. Foi a segunda queda seguida nesse tipo de confronto, após 25 meses de melhora. Entre os grandes setores, somente a Agropecuária gerou postos no mês (+41,0 mil), devido a sazonalidade nas culturas de Café, Laranja e Atividades de apoio à agricultura. Por outro lado, a Indústria (-20,2 mil) e os Serviços (-21,5 mil) perderam vagas.

No acumulado do primeiro semestre, o País criou 392,5 mil empregos: Agropecuária (+69,6 mil), Indústria (+118,0 mil) e Serviços (+204,9 mil). Já o saldo acumulado em 12 meses caiu para 280,1 mil vagas abertas. Nessa base, a Indústria segue apresentando perda de postos (-17,4 mil), com resultados antagônicos da Transformação (+23,9 mil) e Construção (-38,0 mil). A Agropecuária também apresentou perda de vagas (-14,9 mil) e o setor de Serviços sustenta o saldo positivo do país (+312,4 mil).

Portanto, os dados de emprego formal, que já não apresentavam resultados expressivos, inverteram a

trajetória positiva iniciada em março de 2016, quando o fundo do poço da geração de empregos no acumulado em 12 meses foi atingido (-1,8 milhão de vagas). Ou seja: o mercado de trabalho formal brasileiro não decolou. O quadro generalizado de falta de confiança quanto aos rumos do País, fruto da combinação de incerteza causada pelo cenário eleitoral indefinido e os desdobramentos da paralização dos caminhoneiros, têm travado investimentos e, conseqüentemente, a abertura de postos de trabalho. É possível que haja uma melhora no segundo semestre, mas a expectativa de um bom ano na geração de empregos foi fortemente abalada.

Geração de empregos formais – BR

(Saldo líquido em número de vagas)

| | jun/18 | Acum. jan-jun/18* | Acum. 12 meses* |
|---------------------|----------------|----------------------|--------------------|
| Agropecuária | 41.039 | 69.575 | -14.863 |
| Indústria | -20.195 | 118.036 | -17.440 |
| Extrativa | -163 | 767 | -3.085 |
| Transformação | -19.240 | 68.988 | 23.873 |
| SIUP | 1.118 | 5.725 | -244 |
| Construção | -1.910 | 42.556 | -37.984 |
| Serviços | -21.505 | 204.850 | 312.396 |
| Comércio | -21.459 | -89.904 | 74.174 |
| Outros Serviços | -46 | 294.754 | 238.222 |
| TOTAL DO RS | -661 | 392.461 | 280.093 |

Fonte: CAGED/MTb. * Inclui as declarações fora do prazo.

Segue o fraco desempenho do Rio Grande do Sul na geração de empregos

O Rio Grande do Sul fechou 6,5 mil postos formais de trabalho em junho de 2018, segundo os dados do CAGED, do Ministério do Trabalho. O resultado foi menos negativo que no mesmo mês do ano passado, quando foram perdidos 9,2 mil empregos (dado ajustado pelas declarações enviadas fora do prazo). Os três grandes setores da economia perderam vagas no mês: Agropecuária (-1,9 mil), Indústria (-3,1 mil) e Serviços (-1,6 mil). A maior perda no setor secundário foi verificada na Transformação (-1,7 mil), tendo como destaque negativo o segmento de Couro e calçados (-1,0 mil).

No acumulado do primeiro semestre de 2018, o Estado gerou 26,4 mil postos: Agropecuária (-3,0 mil), Indústria (+25,7 mil) e Serviços (+3,7 mil). Já no acumulado em 12 meses, o RS abriu 17,0 mil empregos. Em termos setoriais, a Agropecuária (-2,1 mil) perdeu vagas, enquanto os Serviços (+16,4 mil) e a Indústria (+2,7 mil) criaram empregos. Na Transformação (+3,3 mil), a geração de empregos foi maior nos segmentos de Veículos automotores (+4,6 mil), Alimentos (+3,0 mil) e Borracha e plástico (+1,2 mil). As maiores perdas ocorreram em Couro e calçados (-2,7 mil), Outros equipamentos de transporte (-1,7 mil) e Vestuário e acessórios (-896).

Em suma, a geração de empregos no Rio Grande do Sul segue insuficiente para repor as enormes perdas dos últimos anos. Além disso, alguns setores responsáveis por boa parte dos empregos gaúchos estão passando por dificuldades que culminaram no fechando empresas, como vem ocorrendo no setor de Couro e calçados. Esse quadro deixa ainda mais distante as perspectivas de melhora no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul.

Geração de empregos formais –RS

(Saldo líquido em número de vagas)

| | jun/18 | Acum. jan-jun/18* | Acum. 12 meses* |
|---------------------|---------------|----------------------|--------------------|
| Agropecuária | -1.851 | -3.041 | -2.129 |
| Indústria | -3.090 | 25.657 | 2.743 |
| Extrativa | -22 | -100 | -339 |
| Transformação | -1.748 | 21.939 | 3.275 |
| SIUP | 42 | 277 | -856 |
| Construção | -1.362 | 3.541 | 663 |
| Serviços | -1.580 | 3.739 | 16.407 |
| Comércio | -2.235 | -8.026 | 4.890 |
| Outros Serviços | 655 | 11.765 | 11.517 |
| TOTAL DO RS | -6.521 | 26.355 | 17.021 |

Fonte: CAGED/MTb. * Inclui as declarações fora do prazo.